

# Revista Iberoamericana de Turismo



MINISTERIO  
DE ASUNTOS EXTERIORES  
Y DE COOPERACION



## OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL DE APOIO AO ECOTURISMO NO PARQUE DO JALAPÃO-TO<sup>1</sup>

**Maria do Carmo de Lima Bezerra**

Professor da Universidade de Brasília (UnB), Brasil. Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

E-mail: [macarmo@unb.br](mailto:macarmo@unb.br)

**Rosângela Araujo Fernandes Benvindo**

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB), Brasil.

Email: [rosangela.afb@uol.com.br](mailto:rosangela.afb@uol.com.br)

### Resumo

O trabalho analisa as políticas públicas de proteção ambiental e de promoção do ecoturismo com objetivo de identificar as convergências e divergências entre seus princípios e instrumentos de modo a viabilizar o turismo em unidades de conservação. Parte da premissa que a trajetória diferenciada da base conceitual na qual estão ancoradas as duas políticas pode auxiliar no entendimento das divergências que ocorrem na prática do ecoturismo em unidades de conservação no Brasil, qual seja os conceitos de preservação e conservação. Estuda o caso do parque estadual do Jalapão no Estado do Tocantins e adota a análise comparativa como método de trabalho tendo como objeto de análise os Planos de Uso Público do Parque Estadual do Jalapão e Desenvolvimento do Ecoturismo da Região do Jalapão. Como resultado é apresentada uma matriz que classifica princípios e proposições dos dois instrumentos de gestão territorial analisados destacando que no nível dos princípios existe uma certa convergência mas que predominam as divergências na proposição dos instrumentos de gestão. O método utilizado possibilita um diálogo franco entre os atores envolvidos na gestão das duas políticas sendo um facilitador da promoção do turismo sustentável não só no caso do Parque do Jalapão mas em outras Unidades de conservação já que o método utilizado se fundamenta na legislação que embasa as duas políticas públicas no país.

**Palavras chave:** Ecoturismo. Proteção ambiental. Gestão territorial. Plano de manejo.

---

<sup>1</sup> O tema do artigo foi apresentado no VII Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável sob o título de “Preservação Ambiental e Ecoturismo- o caso do Parque do Jalapão” e foi objeto de dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UnB sob o título “Análise comparativa dos instrumentos de regulação das políticas públicas de proteção ambiental e de promoção do ecoturismo - o caso do Parque do Jalapão”.

## 1 INTRODUÇÃO

A experiência do ecoturismo no Brasil tem revelado que a prática de atividade de visitação pública em unidade de conservação de proteção integral tem sido marcada por conflitos de gestão onde à dicotomia entre os conceitos de preservação e conservação animam os lados envolvidos com o tema.

No século XIX surge nos EUA, duas correntes antagônicas que irão influenciar as categorias de unidade de conservação, o preservacionismo ou biocentrismo e conservacionismo ou antropocentrismo. A primeira precedida pelas ideologias de John Muir, que defendia a proteção da vida selvagem (*wilderness*), não só para conservar a beleza cênica, como também para amenizar as pressões psicológicas dos que viviam nas regiões urbanas; a segunda seguia as idéias de Gifford Pinchot, Thoreau e Marsh que propunham o uso adequado dos recursos naturais como instrumento democrático do acesso equânime e eficiente dos recursos naturais.

Por outro lado, os estudos sobre o turismo sustentável, do qual o ecoturismo é um dos subcomponentes, indicam a atividade como compatível com a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais e mais ainda constitui-se numa forma de proteção ambiental por conferir um uso sustentável as áreas protegidas. O ecoturismo possui nas Unidades de Conservação seu espaço preferencial de atuação por promover um turismo voltado para o contato humano com ambientes preservados e culturas autóctones ao mesmo tempo que visa garantir sustentabilidade econômica e ecológica. O que foi proposto pelo arquiteto mexicano Héctor Ceballos, em 1987 e possui inumeros estudos sobre o tema com visto em Ziefer (1989), Boo (1995), Diegues (1997), Swarbooke (2000), Mendoza e Neiman (2002).

## 2 O PRESERVACIONISMO E O CONSERVACIONISMO

Segundo nos esclarece McCormick (1992), Diegues (1994) e Araújo (2007), no campo teórico, no final do século XIX, nos Estados Unidos, consolidaram-se duas correntes distintas de conservação do “mundo natural”, que se tornaram relevantes também fora do país norte-americano: o preservacionismo e o conservacionismo.

Os preservacionistas buscavam preservar as áreas virgens de qualquer uso que não fosse recreativo ou educacional, e os conservacionistas almejavam explorar os recursos naturais do continente, mas de modo racional e sustentável (McCORMICK, 1992, p. 30).

John Muir sintetizou a corrente preservacionista, que pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*). Para ele, não somente os animais, mas as plantas e até as rochas e a água eram fagulhas da “alma divina” que permeava a natureza. O contato íntimo com a natureza trazia as pessoas para junto de Deus. Assim, visitar florestas primitivas e campos de altitude com esse objetivo era moralmente superior a usá-los para a exploração de madeira ou como áreas de pastagens de gado. Tal visão valorizava o estabelecimento de áreas protegidas, onde a natureza poderia ser preservada em estado razoavelmente intacto (ARAÚJO, 2007, p. 33).

Muir ajudou a fundar, em 1892, o Sierra Club, entidade que trabalhou para tornar as regiões montanhosas da costa do Pacífico acessíveis àqueles que buscavam usufruir das áreas virgens, tornando-se um centro aglutinador da causa preservacionista (McCORMICK, 1992, p. 31).

O preservacionismo norte-americano foi influenciado, ainda, pela obra de Henry David Thoreau e George Marsh, citados na subseção anterior.

As posições preservacionistas continuaram no início do século XX com os trabalhos de Aldo Leopold, graduado em Ciências Florestais. Como professor em manejo de vida silvestre, a partir de 1933, na Universidade de Wisconsin, se beneficiou dos avanços da ecologia como ciência, principalmente da noção de ecossistema, criada por Tansley em 1935. Em 1949 escreveu o livro *A Sand County Almanac*, que se tornou um dos livros mais importantes para os preservacionistas (DIEGUES, 1994, p. 27).

Enquanto os preservacionistas falavam de “proteger” ou “preservar” o meio ambiente, o que implicava a exclusão de qualquer utilização que não fosse para recreação, outros falavam de “conservação” ou de exploração sustentada de recursos tais como solo, florestas e águas. Uma das

primeiras questões da conservação foi a proteção das florestas: a maneira como deveriam ser gerenciadas de modo a contribuir para a economia norte-americana trouxe a público a divisão entre preservacionistas e conservacionistas.

Gifford Pinchot, engenheiro florestal, foi o criador da corrente conservacionista. Acreditava que a conservação deveria se basear em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente, a prevenção de desperdício e o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos e não para poucos cidadãos (DIEGUES, 1994, p. 24).

Argumentava-se que a lealdade de Gifford Pinchot era para com a civilização e o manejo florestal e a de John Muir para com as áreas virgens e a preservação (McCORMICK, 1992, p. 31).

Além do manejo florestal, outra questão enfatizada pelos conservacionistas era a importância dos recursos hídricos no transporte, no suprimento doméstico e comercial de água, no controle de cheias e erosão e na energia hidrelétrica. Por sugestão de Pinchot, em março de 1907 foi criada a Comissão das Vias Navegáveis Interiores, destinada a preparar e apresentar um plano para o desenvolvimento e controle dos sistemas fluviais americanos (McCORMICK, 1992, p. 32).

Araújo (2007, p. 33) ressalta que as correntes de preservação e de conservação dos recursos naturais ganharam espaço na política de estado americana. Foram criados novos parques nacionais, apoiados pelos preservacionistas e criadas as primeiras florestas nacionais americanas, defendidas pelos conservacionistas. A proteção dessas florestas era feita com o objetivo de garantir a qualidade da água e produzir um suprimento contínuo de madeira, para satisfazer as necessidades das cidades americanas.

Assim, conforme registra Milano (2002, p. 194) com contradições e movimentos variados foram sendo estabelecidos os princípios da conservação da natureza, tendo como um de seus pilares de sustentação o estabelecimento de áreas naturais protegidas.

Mas foi o modelo americano de parques, baseado na corrente preservacionista, que se expandiu mais rapidamente pelo mundo, com a criação de espaços protegidos, cujo uso seria controlado pelo Poder Público, com uma perspectiva de antagonismo entre “homem” e “natureza”.

Este enfoque originou conflitos em decorrência da presença de moradores nessas áreas, que deveriam ser removidos, já que sua presença era considerada incompatível com os objetivos de preservação. Assim, dificuldades para solucionar esse problema têm gerado um passivo materializado por áreas protegidas não implantadas ou sem manejo adequado.

No Brasil, depois de muitos embates entre as duas correntes mesmo que na maioria das vezes sem uma explicitação conceitual foi estabelecida a Lei Federal nº 9.985/2000 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC que de certa forma ordena o espaço dos dois tipos de áreas protegidas. De acordo com o SNUC, foi estabelecido duas categorias de Unidades de conservação, as de uso sustentável e as de uso integral. Os parques fazem parte da categoria de manejo de proteção integral, mas por meio do zoneamento do plano de manejo pode estabelecer, usos em seu interior inclusive o ecoturismo.

### 3 CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE DO JALAPÃO

O Parque Estadual do Jalapão (PEJ) localiza-se no município de Mateiros, pertencente à região do Jalapão que juntamente com a Região da Chapada das Magabeiras possuem uma relevância ambiental na conservação do cerrado e do ecótono cerrado-caatinga.

Há 25 comunidades dentro e em derredor do PEJ, somando uma população de 543 habitantes. Destas, a Mumbuca e a Prata são as mais expressivas. Das duas, a Mumbuca é a que se localiza dentro do PEJ, nela se iniciou a produção do artesanato com o capim-dourado a qual disseminou para toda a região do Jalapão. A atividade turística conta com o potencial de atração à visitação do artesanato local e os recursos naturais do Parque Estadual do Jalapão – PEJ como o Rio Novo, a Serra do Espírito Santo e da Mumbuca/Fervedouro/Rio Formiga.

Até o momento, para consolidar o processo de criação de unidade de conservação do Tocantins e de promoção do ecoturismo, elaboraram-se o Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão e o de Desenvolvimento do Ecoturismo da região polarizada por ele. O Plano de Manejo prevê a preservação dos “atributos ambientais estratégicos”, entendidos como recursos naturais essenciais à vida da fauna e flora (água, ar e solo), o *habitat* natural e o bioma onde está localizado.

Define, ainda, uma área a ser usada pela visitação pública elegendo o ecoturismo como atividade econômica compatível com os princípios conservacionistas da unidade. Já o Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo contém um diagnóstico da realidade atual de visitação do Parque, dos serviços e recursos ofertados na região e indica o melhor aproveitamento das oportunidades turísticas.

#### 4 OS PRINCÍPIOS E OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL E DE PROMOÇÃO DO ECOTURISMO

Tendo como referência os estudos realizados por Bramwell (2002) a pesquisa procurou comparar os princípios e os instrumentos de regulamentação de políticas públicas de proteção ambiental e promoção do ecoturismo.

Foi montada uma matriz com os princípios do ecoturismo e da proteção ambiental tomando como base o que consta da lei do SNUC e das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo complementado com os estudos de Ziffer, Crosby, Healy, Boo, Western, Murphy, Hawkins, Pires. Quanto aos instrumentos de regulamentação, considerou-se os previstos na legislação e/ou planos definidores de política pública. No caso do parque, o Plano de Manejo do Parque do Jalapão; e em relação ao ecoturismo, os planos de desenvolvimento da atividade turística do Parque do Jalapão.

**Quadro 1:** Abordagem analítica dos princípios e dos instrumentos de regulamentação de políticas públicas de proteção ambiental (parque) e de promoção do ecoturismo

	Princípios	Instrumentos
UC/ Parque	Expressos no SNUC	Plano de Manejo
Ecoturismo	Apresentados nas “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” e pela comunidade científica	Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo

Fonte: Elaboração própria

Assim, com base na literatura pesquisada foram definidas as categorias de análise utilizadas para efeito da análise comparativa entre as duas políticas que atuam no parque do Jalapão no que se refere ao ecoturismo.

**Quadro 2:** Princípios da proteção ambiental para a categoria Parque e de promoção do ecoturismo

Proteção ambiental para a categoria Parque	Ecoturismo
<p>Proteção aos recursos naturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;</li> <li>– Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito nacional e regional;</li> <li>– Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;</li> <li>– Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;</li> <li>– Proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;</li> <li>– Proteger e reabilitar recursos hídricos e edáficos;</li> <li>– Reabilitar ou restaurar ecossistemas degradados;</li> <li>– Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica.</li> </ul>	<p>Proteção aos recursos naturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Enfatizar a natureza;</li> <li>– Assegurar que nas operações de ecoturismo a ética, inerente a práticas ambientais responsáveis, aplique-se não apenas aos recursos externos (naturais e culturais) que atraem turistas, mas também a suas operações internas, ou seja, assegurar práticas sustentáveis;</li> <li>– Não degradar os recursos e desenvolvê-los de maneira ambientalmente correta;</li> <li>– Minimizar os impactos ambientais na implantação e operação;</li> <li>– Assumir compromisso na conservação da natureza;</li> <li>– Aceitar os recursos tais como são e reconhecer os seus limites.</li> </ul>

<p>Proteção aos recursos culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Proteger as características culturais relevantes.</li> </ul>	<p>Proteção aos recursos culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Enfatizar os valores culturais autênticos.</li> </ul>
<p>Uso dos recursos naturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Garantir ao grupo de UCs de proteção integral que o território destas seja de posse e domínio público;</li> <li>– Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;</li> <li>– Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;</li> <li>– Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;</li> <li>– Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;</li> <li>– Permitir, em atendimento ao estabelecido no Plano de Manejo, a pesquisa científica, a educação e interpretação ambiental e a visitação pública.</li> </ul>	<p>Uso dos recursos naturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Propiciar atividades de lazer em contato com a natureza;</li> </ul>
<p>Geração de benefícios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Reverter os benefícios econômicos para a implementação, manutenção, gestão e regularização fundiária da própria UC ou de outras da mesma categoria;</li> <li>– Assegurar a sustentabilidade econômica das UCs;</li> <li>– Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica.</li> </ul>	<p>Geração de benefícios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Gerar benefícios para a comunidade local;</li> <li>– Trazer benefícios, em longo prazo, aos recursos naturais e culturais, para a comunidade e indústrias locais (tais benefícios podem ser de preservação científica, social, cultural ou econômica).</li> </ul>
<p>Consciência ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.</li> </ul>	<p>Consciência ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Difundir a consciência ecológica por meio da educação ambiental</li> <li>– Envolver a educação entre todas as partes – comunidades locais, governos, organizações não-governamentais, indústria e turistas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Permitir, em atendimento ao estabelecido no Plano de Manejo, a pesquisa científica, a educação e interpretação ambiental e a visitação pública.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Incentivar um reconhecimento dos valores intrínsecos dos recursos naturais e culturais, por parte de todos os envolvidos.</li> </ul>
<p>Participação e envolvimento da população local e dos atores envolvidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação.</li> </ul>	<p>Participação e envolvimento da população local e dos atores envolvidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Possibilitar experiências participativas e esclarecedoras em primeira mão;</li> <li>– Promover a compreensão e as parcerias entre muitos dos envolvidos, e nisso podem-se incluir o governo, organizações não-governamentais, a indústria, os cientistas e a população local (tanto antes como durante as operações);</li> <li>– Promover responsabilidades e um comportamento moral e ético em relação ao meio ambiente natural e cultural, por parte de todos os envolvidos.</li> </ul>
<p>Cooperação e apoio institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Buscar apoio e cooperação de organismos não-governamentais, de organizações privadas e</li> </ul>	<p>Cooperação e apoio institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Articulação com a política conservacionista;</li> <li>– A participação de ONGs no desenvolvimento,</li> </ul>

<p>peças físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisa científica, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das UCs;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação e gestão das UCs integradas com as demais políticas;</li> <li>- Os parques devem dispor de Conselho consultivo;</li> <li>- Contribuição do setor público no planejamento, regulamentação, controle, financiamento e investimento da proteção ambiental.</li> </ul>	<p>gestão e operação do ecoturismo;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Contribuição do setor público no planejamento, regulamentação, controle, financiamento e investimento no turismo.</li> </ul>
---	---

Fonte: Elaboração própria

## 5 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS INSTRUMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E DE PROMOÇÃO DO ECOTURISMO

Foi procedida uma comparação entre os princípios de proteção ambiental para a categoria parque e de promoção do ecoturismo, classificados, respectivamente, como grupos “A” e “B”, entre o Plano de Uso Público do Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão e o Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo da região do Jalapão, como grupos “C” e “D”, entre os princípios de proteção ambiental e o Plano de Uso Público do Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão e entre os princípios de promoção do ecoturismo e o Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo da região do Jalapão. Portanto, têm-se os seguintes grupos de análise: **A** – Princípios de proteção ambiental para a categoria parque; **B** – Princípios de promoção do Ecoturismo; **C** - Plano de uso público do Plano de manejo do Parque Estadual do Jalapão (PUP PEJ); **D** - Plano de desenvolvimento do ecoturismo da região do Jalapão (PDEC).

Na comparação entre os grupos “A-B” e “C-D” observar-se-ão as similaridades entre um e outro, a fim de checar a convergência e divergência entre eles, entendidas como: **Convergência** – similaridade ou complementaridade entre os princípios e as medidas de proteção ambiental e promoção do ecoturismo contidos nos instrumentos analisados; **Divergência** - disparidade entre os princípios e as medidas de proteção ambiental e promoção do ecoturismo contidos nos instrumentos analisados.

Já, entre “A-C” e “B-D”, comparar-se-á a proporção que “C” atende “A” e “D” atende “B”, também com a mesma finalidade. Isso se dará entre as categorias de análise que passaram a ser identificadas como:

- CA 1** – Proteção aos recursos naturais;
- CA 2** – Proteção aos recursos culturais;
- CA 3** – Uso dos recursos naturais;
- CA 4** – Geração de benefícios;
- CA 5** – Consciência ambiental;
- CA 6** - Participação e envolvimento da população local e dos atores envolvidos; e
- CA 7** – Cooperação e apoio institucional.

Serão apresentados os quadros-sínteses e a matriz de classificação sobre a qual o trabalho foi realizado seguindo dos resultados finais.

Vários passos intermediários como as matrizes parciais comparativas foram fundamentais para elaboração da matriz final que classifica convergências e divergências entre os grupos analisados por categorias de análise. A classificação utilizou a seguinte escala: alta- totalmente convergente; média- medianamente convergente; baixa –parcialmente convergente; numa – totalmente divergente.

**Quadro 3:** Matriz analítica de convergências/divergências entre proposições dos instrumentos de gestão territorial do parque do Jalapão

PROTEÇÃO AMBIENTAL PARA A CATEGORIA PARQUE	ECOTURISMO	PLANO DE USO PÚBLICO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DO JALAPÃO	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO DA REGIÃO DO JALAPÃO
<b>PROTEÇÃO AOS RECURSOS NATURAIS – CA 1</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;</li> <li>– Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito nacional e regional;</li> <li>– Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;</li> <li>– Cuidar das paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;</li> <li>– Resguardar as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;</li> <li>– Socorrer e recuperar recursos hídricos e edáficos;</li> <li>– Reabilitar ou</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Enfatizar a natureza;</li> <li>– Assegurar que nas operações de ecoturismo a ética inerente a práticas ambientais responsáveis aplique-se não apenas aos recursos externos (naturais e culturais) que atraem turistas, mas também a suas operações internas, ou seja, assegurar práticas sustentáveis;</li> <li>– Não degradar os recursos e desenvolvê-los de maneira ambientalmente correta;</li> <li>– Minimizar os impactos ambientais na implantação e operação;</li> <li>– Assumir compromisso com a conservação da natureza;</li> <li>– Aceitar os recursos tais como são e reconhecer os seus limites.</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>Objetivo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Estabelecer normas que devem presidir o manejo e incluir propostas para a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão das atividades de visitação, pesquisa, conscientização ambiental e relações públicas na unidade.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Recursos naturais protegido-explorados:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Os recursos hídricos da bacia do rio Tocantins, principalmente os tributários do rio Sono;</li> <li>– O cerrado (fauna e flora) especificamente, as veredas, o capim-dourado (<i>Syngonanthus nitens</i>) e os sítios de reprodução do pato-mergulhão (<i>Mergus octosetaceus</i>);</li> <li>– As rochas sedimentares (formações areníticas do mesozóico-cretáceo).</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Medidas de proteção aos recursos naturais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Definição de zonas de uso e áreas específicas ao uso público;</li> <li>– Fiscalização;</li> <li>– Implantação de programa de educação ambiental;</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>Objetivo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Transformar a região do Jalapão em destino para o Ecoturismo.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Recursos naturais protegido-explorados:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Oito recursos naturais: Cachoeira da Velha, praias no Rio Novo, corredeiras do Rio Novo, Dunas, Serra do Espírito Santo, Fervedouro, cachoeiras do córrego Formiga, Vale das Araras.</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Medidas de proteção aos recursos naturais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Controle ambiental por meio da definição de medidas mitigadoras dos impactos da visitação ao meio físico, à fauna silvestre, de caráter sanitário e à cultura local;</li> <li>– Recuperar as estradas vicinais, de modo a reduzir as trilhas alternativas para os atrativos.</li> </ul>

restaurar ecossistemas degradados; – Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica.			
		<p><b>Monitoramento das medidas de proteção aos recursos naturais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Não especificado (o monitoramento ambiental é sugerido, porém não se definiram os instrumentos e o modo como se deve fazer o monitoramento).</li> </ul>	<p><b>Monitoramento das medidas de proteção aos recursos naturais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– A ser estabelecido na medida mitigadora dos impactos.</li> </ul>
<b>PROTEÇÃO AOS RECURSOS CULTURAIS – CA 2</b>			
– Proteger as características culturais relevantes.	– Enfatizar os valores culturais autênticos.	<p><b>Recursos culturais explorados:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Não definidos.</li> </ul>	<p><b>Recursos culturais explorados:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Comunidade Mumbuca.</li> </ul>
		<p><b>Medidas de proteção dos recursos culturais explorados:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Não definidos.</li> </ul>	<p><b>Medidas de proteção dos recursos culturais explorados:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Não definidos.</li> </ul>
		<p><b>Monitoramento das medidas de proteção dos recursos culturais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Não definidos.</li> </ul>	<p><b>Monitoramento das medidas de proteção dos recursos culturais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Não definidos.</li> </ul>
<b>USO DOS RECURSOS NATURAIS – CA 3</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Garantir para o grupo de UCs de proteção integral que o território destas seja de posse e domínio público;</li> <li>– Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;</li> <li>– Promover a utilização dos princípios e</li> </ul>	– Propiciar atividades de lazer em contato com a natureza.	<p><b>Destinação de áreas específicas para visitação pública:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Cinco áreas naturais: Cachoeira da Velha, praias e corredeiras do Rio Novo, Dunas - Serra do Espírito Santo, cachoeiras dos córregos Carrapato e Formiga/Fervedouro, Vale das Araras.</li> </ul>	<p><b>Destinação de áreas específicas para visitação pública:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Os oito recursos naturais explorados.</li> </ul>
		<p><b>Tipos de atividades permitidas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Recreação em contato com a natureza, pesquisa, educação e interpretação ambiental de acordo com a compatibilidade de cada zona.</li> </ul>	<p><b>Tipos de atividades permitidas ou sugeridas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Atividades relacionadas ao ecoturismo, destacando-se o rafting no Rio Novo.</li> </ul>



<p>práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;</li> <li>- Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;</li> <li>- Permitir, em atendimento ao estabelecido no Plano de Manejo, a pesquisa científica, a educação e interpretação ambiental e a visitação pública.</li> </ul>		<p><b>Controle de uso por atividade:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Visitação guiada por condutores locais;</li> <li>- Normatização da visitação por meio do estudo da capacidade de carga,</li> <li>- Sistema de informações de uso público e fiscalização para o controle e monitoramento;</li> <li>- Controle do ingresso nos atrativos do PEJ, de acordo com a capacidade de carga;</li> <li>- Pesquisa – autorização prévia, apresentação dos relatórios parciais e finais e disponibilização do resultado final para o PEJ.</li> </ul>	<p><b>Controle de uso por atividade:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Visitação guiada</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sistema de voluntariado e estagiário no manejo do PEJ, nos estudos e nas atividades de uso público;</li> <li>- Estabelecimento de programa de educação e interpretação ambiental, direcionado às áreas estratégicas.</li> </ul> <p><b>Medidas de redução de impactos<sup>2</sup>:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não-instalação de infraestrutura na zona primitiva, permitindo-se</li> </ul>	<p><b>Medidas de redução de impactos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Adoção de melhores práticas na implantação física</li> </ul>

<sup>2</sup> As medidas de redução de impacto se referem às zonas, e não especificamente às áreas estratégicas.

		<p>a visitação moderada;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Visitação controlada com infraestrutura implantada em harmonia com a paisagem e controle de tráfego de veículo e embarcações na zona de uso extensivo;</li> <li>- Na zona de uso intensivo, a instalação e utilização da infraestrutura se subordinam à capacidade de carga, e devem se integrar ao meio ambiente e adotar melhores práticas e tecnologias alternativas;</li> <li>- Revisão e manutenção periódica das instalações;</li> <li>- Monitoramento ambiental das atividades de uso público.</li> </ul>	<p>dos equipamentos, licenciamento das atividades e implantação de um programa de educação ambiental.</p>
<b>GERAÇÃO DE BENEFÍCIOS – CA 4</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reverter os benefícios econômicos para a implementação, manutenção, gestão e regularização fundiária da própria UC ou de outras da mesma categoria;</li> <li>- Assegurar a sustentabilidade econômica das UCs;</li> <li>- Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gerar benefícios para a comunidade local;</li> <li>- Trazer benefícios, em longo prazo, aos recursos naturais e culturais, à comunidade e às indústrias locais (tais benefícios podem ser de preservação científica, social, cultural ou econômica).</li> </ul>	<p><b>Sistema de cobrança e condição de exploração econômica:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Regulamentar o sistema de cobrança e os serviços prestados por concessão, terceirização e parcerias.</li> </ul>	<p><b>Sistema de cobrança e condição de exploração econômica:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantação de bilheteria nos portais de acesso e centro de atendimento ao turista.</li> </ul>
		<p><b>Medidas de repasse e rateio de custos e benefícios:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não especificado (aponta a necessidade de se fazer um estudo para definição do sistema de cobrança de ingresso).</li> </ul>	<p><b>Medidas de repasse e rateio de custos e benefícios:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Repasse de parte dos benefícios econômicos do ecoturismo aos órgãos encarregados da gestão das áreas protegidas, mediante esquemas tarifários diferenciados.</li> </ul>
<b>CONSCIÊNCIA AMBIENTAL – CA 5</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Difundir a consciência ecológica, por meio da educação ambiental;</li> <li>- Envolver a educação entre todas as partes – comunidades locais, governos, organizações não-governamentais,</li> </ul>	<p><b>Objetivo do programa de educação ambiental:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Contribuir com a gestão e manejo da UC, de modo a dotar os envolvidos de uma consciência ambiental acerca dos recursos</li> </ul>	<p><b>Objetivo do programa de educação ambiental:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Adoção de programa de melhoria na qualidade da oferta turística;</li> <li>- Implantação de programas de</li> </ul>

<p>a natureza e o turismo ecológico;</p> <p>– Permitir, em atendimento ao estabelecido no Plano de Manejo, a pesquisa científica, a educação e interpretação ambiental e a visitação pública.</p>	<p>indústria e turistas;</p> <p>– Incentivar um reconhecimento dos valores intrínsecos dos recursos naturais e culturais, por parte de todos os envolvidos.</p>	<p>naturais protegidos no parque e sua importância ambiental.</p> <p><b>Integração do programa de educação ambiental, com os programas de proteção e visitação pública:</b></p> <p>– O programa é a base para a implantação das atividades de uso público, a integração da população com as ações de proteção da UC, direcionada às campanhas educativas e de sensibilização nas épocas com maior risco de incêndio.</p>	<p>conscientização e capacitação de mão-de-obra;</p> <p>– Controle ambiental da visitação pública.</p> <p><b>Integração do programa de educação ambiental, com os programas de proteção e visitação pública:</b></p> <p>– Estabelecimento do programa de educação ambiental como medida de controle ambiental da visitação pública.</p>
		<p><b>Medidas para formação de um cidadão mais consciente (população e usuários):</b></p> <p>– Organização de um calendário de eventos e palestras para formação de um cidadão fiscal da natureza;</p> <p>– Campanhas para sensibilização da população local;</p> <p>– Atividades de educação e sensibilização ambiental;</p> <p>– Treinamento e capacitação técnica e profissional dos profissionais da UC, instituições de ensino e órgãos públicos: estadual e municipal.</p>	<p><b>Medidas para formação de um cidadão mais consciente (população e usuários):</b></p> <p>– Informação, qualificação, formação e sensibilização dos diversos segmentos da sociedade.</p>
<p><b>CA 6 - PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO LOCAL E DOS ATORES ENVOLVIDOS</b></p>			
<p>– Assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação.</p>	<p>– Possibilitar experiências participativas e esclarecedoras em primeira mão;</p> <p>– Promover a compreensão e as parcerias entre muitos dos envolvidos, podendo-se incluir o governo, organizações não-governamentais, a</p>	<p><b>Universo da população local e atores envolvidos:</b></p> <p>– População afetada geograficamente com a criação do parque;</p> <p>– Comunidade no entorno da UC;</p> <p>– Poder público federal, estadual e</p>	<p><b>Universo da população local e atores envolvidos:</b></p> <p>– <i>Trade</i> turístico (composto também pelo microempresário da comunidade receptora) e poder público.</p>

	<p>indústria, os cientistas e a população local (tanto antes como durante as operações);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover responsabilidades e um comportamento moral e ético em relação ao meio ambiente natural e cultural, por parte de todos os envolvidos.</li> </ul>	<p>municipal;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Instituições de ensino;</li> <li>- Ongs e OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público).</li> </ul>	
		<p><b>Meios de participação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conselho consultivo do parque, parcerias estabelecidas, fóruns e reuniões.</li> </ul>	<p><b>Meios de participação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Controle da atividade;</li> <li>- Envolvimento com a implantação e gestão da atividade;</li> <li>- Visitação condicionada à presença de guias locais</li> <li>- Disponibilização de instrumentos facilitadores à inserção das comunidades e de empreendedores no processo por meio do suporte técnico e sistema de microcrédito a pequenos empreendedores.</li> </ul>
		<p><b>Temporalidade da participação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação da UC;</li> <li>- Processo de planejamento;</li> <li>- Execução de atividades com parcerias estabelecidas.</li> </ul>	<p><b>Temporalidade da participação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Contínuo.</li> </ul>
		<p><b>Delegação de papéis por universo da população:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- População local e atores envolvidos por meio da representatividade no Conselho Consultivo do Parque, atuando no momento das reuniões, em manifestações ou ações desenvolvidas em parceria com este universo.</li> </ul>	<p><b>Delegação de papéis por universo da população:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Trade Turístico – na oferta turística;</li> <li>- Poder público – na articulação institucional, no controle e ordenamento da atividade.</li> </ul>

<b>CA 7 COOPERAÇÃO E APOIO INSTITUCIONAL</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Buscar apoio e cooperação de organismos não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisa científica, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das UCs;</li> <li>- Criação e gestão das UCs integras com as demais políticas;</li> <li>- Disponibilização de Conselho consultivo aos parques;</li> <li>- Contribuição do setor público no planejamento, regulamentação, controle, financiamento e investimento da proteção ambiental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Articulação com a política conservacionista;</li> <li>- A participação de Ongs no desenvolvimento, gestão e operação do ecoturismo;</li> <li>- Contribuição do setor público no planejamento, regulamentação, controle, financiamento e investimento no turismo.</li> </ul>	<p><b>Medidas de articulação institucional:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Parceria com entidades, instituições, comunidades organizadas, empresas e atores sociais.</li> </ul>	<p><b>Medidas de articulação institucional:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação de um grupo-gestor.</li> </ul>
		<p><b>Meios de cooperação e apoio institucional:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Concessão dos serviços;</li> <li>- Articulação e integração de roteiros turísticos;</li> <li>- Qualificação dos serviços e produtos turísticos.</li> </ul>	<p><b>Meios de cooperação e apoio institucional:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Institucionalização de departamentos de planejamento, pesquisa e desenvolvimento do ecoturismo nos órgãos estaduais de fomento ao turismo e de proteção ambiental.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria

## 5.1 Interpretação da matriz analítica

A classificação dos graus de convergência/divergência entre os princípios e os instrumentos de regulamentação de políticas públicas de proteção ambiental para categoria parque e de promoção do ecoturismo, para o caso do Parque Estadual do Jalapão pode ser sintetizada no Quadro 4:

**Quadro 4:** Classificação das categorias de análise (CA)

		Categorias de análise						
		CA 1	CA 2	CA 3	CA 4	CA 5	CA 6	CA 7
Grupos de	A-B							
	C-D							
	A-C							
	B-D							

Parâmetros:  
 Alta   
 Média   
 Baixa   
 Nula

Fonte: Elaboração própria

Onde se verifica

**A↔B:** A classificação baixa nas quatro categorias (proteção aos recursos naturais, proteção aos recursos culturais, uso dos recursos naturais e geração de benefícios) demonstra a diferença na percepção entre uso, conservação e proteção, o que reflete no meio de participação e temporalidade da população envolvida, atingindo uma classificação média, devido aos grupos considerados (universo da população envolvida). A classificação alta obtida na consciência ambiental e cooperação e apoio institucional demonstra a incorporação dos princípios do desenvolvimento sustentável na abordagem destas duas questões;

**C↔D:** A classificação baixa permanece a mesma da relação A↔B em duas categorias (proteção aos recursos naturais e participação e envolvimento da população local e atores envolvidos), e se anula na proteção aos recursos culturais e na geração de benefícios. A classificação média obtida no uso dos recursos naturais se justifica na abordagem definida nos dois instrumentos. Há consenso quanto ao uso pelo ecoturismo, contudo, as duas categorias adotam medidas distintas no controle da atividade. O mesmo acontece quanto à consciência ambiental, considerada importante, diferenciando-se no procedimento. A divergência obtida proteção aos recursos culturais, à geração de benefícios e cooperação e ao apoio institucional demonstra a fragilidade dos dois instrumentos, refletida pelo tratamento dado às outras categorias.

**A↔C:** Atinge classificação alta na consciência ambiental e participação e envolvimento da população local e dos atores envolvidos. O PUP adota os princípios da proteção nestas duas categorias, porém anula a proteção aos recursos culturais por ignorar a presença de comunidades tradicionais residentes em seu território, dando solução na criação da RDS, mas não prevê a integração entre as duas UCs. Quanto ao desenvolvimento do turismo, a média classificação estimada para a proteção aos recursos naturais, uso dos recursos naturais e cooperação e apoio institucional reflete no distanciamento entre a proteção e o uso da UC, chegando à classificação baixa na geração de benefícios.

**B↔D:** O PDEc mostra várias fragilidades quanto aos princípios do ecoturismo. Apresenta classificação baixa na proteção aos recursos culturais, geração de benefícios, participação e envolvimento da população local e dos atores envolvidos, e cooperação e apoio institucional. O resultado enfraquece a relação de dependência do ecoturismo ao desenvolvimento sustentável, visto prevalecer a questão do uso (alta) em relação à proteção (média), dando importância maior à consciência ambiental (alta) em relação às demais categorias.

## 6 ANÁLISE DE RESULTADOS

Por meio das categorias de análise verificadas, observa-se certo distanciamento das abordagens entre os princípios e instrumentos. A escassa sinergia entre eles faz prevalecer o conflito no que se refere ao turismo/visitação pública no Parque do Jalapão. Existem divergências entre as estratégias de educação ambiental e cooperação institucional, mas o zoneamento do Parque na proposição das duas políticas é o ponto de maior conflito, em especial no que se refere às áreas de visitação e implantação de infraestrutura.

Tal fato também se comprova na definição das áreas estratégicas internas da Serra do Espírito Santo e Rio Novo na zona denominada primitiva. O Plano de Manejo define que na zona primitiva não serão permitidas quaisquer instalações de infraestrutura nem tráfego de veículos, salvo em ocasiões especiais e voltadas à proteção da UC. Já o Plano de uso público estabelece uma lista de intervenções no meio físico propondo a construção de vias, portaria, circuito de *trekking*, montanhismo e *rafting*, posto de apoio com sanitários, atendimento, lanchonete e áreas de piquenique e de descanso e contemplação.

Além das divergências existem, também, sobreposição de algumas atividades com enfoque diferenciado ao mesmo tempo que existem omissões no tratamento de algumas das categorias analisadas. De forma resumida as principais conclusões da análise são:

- Na distinta abordagem entre proteção e uso em função da adoção de conceitos diferenciados: preservacionista e conservacionista;
- Nas distintas medidas adotadas para implantação do ecoturismo no PEJ e seu entorno, observadas nos dois planos, especialmente, na categoria que trata do uso dos recursos naturais;
- Na discrepância entre os princípios do ecoturismo e as proposições do PDEc.

De certo, os resultados não poderiam ser diferentes, o percurso conflituoso da proteção ambiental na formação de territórios protegidos se arrasta do final do século XIX aos dias atuais. As abordagens distintas das ideologias dos movimentos ambientalistas travam uma disputa de cabo-de-guerra com as práticas turísticas que vislumbram o uso sustentável dos recursos protegidos.

Alguns países conseguiram mediar em parte ou obter benefícios com a prática do ecoturismo em suas UCs, porém vivem das críticas de parte dos ambientalistas de que o ecoturismo não possui capacidade de garantir os princípios de proteção da UC. Quando ocorrem benefícios de caráter sócio-econômicos em regiões deprimidas economicamente estes são sempre bem vindos e as críticas quanto a ausência de proteção ambiental são reduzidas. Entretanto, no Brasil, mesmo em áreas que poderiam dispor de seus recursos naturais de forma sustentável prevalece a aplicação desarticulada dos instrumentos legais de gestão territorial das UCs que acabam por não serem protegidas com o agravante de que este risco não adevém da exploração de potencial turístico, como é o caso do parque do Jalapão, mas sim dos conflitos de gestão.

## REFERÊNCIAS

- BOO, E. **The Ecotourism boom: Planning for Development and Management**. Washington: WWF, 1992.
- BRAMWELL, Bill. Selecionando instrumentos de política para o turismo sustentado. In: THEOBALD, William F. (Org). **Turismo Global**. 2. ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2002.
- BENVINDO, Rosângela A. F. **Análise comparativa dos instrumentos de regulamentação das políticas de proteção ambiental e de promoção do ecoturismo: o caso do Parque Estadual do Jalapão –TO**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- BRASIL. **Lei Federal nº 6.938/81**.
- BRASIL. **Lei Federal nº 9.985**. 18 de julho de 2000.
- DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

- DIEGUES, Antonio Carlos S. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, Célia Maria de T.; BRUHNS, Heloisa T. **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- DRUMMOND, J. A. et al. **O Estado das Áreas Protegidas do Brasil – 2005**. Brasília: MMA, 2006
- FURLAN, Sueli A. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. In: RODRIGUES, Adyr B (Org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.
- HEALY, R. g. Tourism Merchandise as a Means Generaling Local Benefits from ecotourism. In: **Journal of Sustainable Tourism**, v. 2, n. 3, 1994.
- KINKER, Sônia. **Ecoturismo e Conservação da Natureza em parques nacionais**. Campinas, SP: Papirus, 2002.
- MURPHY, Peter E. Turismo e desenvolvimento sustentado. In: **Turismo Global**. 2. ed., São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.
- PIRES, Paulo S. **Dimensões do Ecoturismo**. Editora SENAC: São Paulo, 2002.
- RUSCHMANN, Doris V. M.. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. 6. ed.. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- SEABRA, Giovanni F.. **Ecos do Turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas**. 2º ed.. Campinas, SP: Editora Papirus, 2001.
- SEPLAN. **Anuário Estatístico 2007**. Palmas-TO, 2008.
- SEPLAN. **Atlas do Tocantins/2008**. Palmas-TO, 2008.
- SEPLAN. **Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo do Pólo do Jalapão. Palmas-TO**, 2002.
- SEPLAN. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão**. Palmas-TO, 2003.
- SEPLAN. **Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Mateiros**. Palmas-TO, 2003.
- SEPLAN. **Sistema estadual de unidades de conservação e estratégia para conservação nas regiões central e leste do Tocantins**. Palmas-TO, 2006.
- SILVA, Keury Juliana N. **Caracterização ambiental de atrativos turísticos no parque estadual do jalapão, município de Mateiros – TO**. Monografia. Universidade Federal do Tocantins, 2007.
- SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: meio ambiente e economia**. São Paulo: Aleph, 2000.
- TOCANTINS. **Lei Estadual nº 1.560**. 5 de abril de 2005.
- WESTERN, D. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1995.
- ZIFFER, K. **Ecotourism: an Uneasy Alliance**. Doc. nº 1, Whossington, wildlife conservation Intenational and Erns & young Internacional Management consulting Group, 1990.



## ***THE TERRITORIAL MANAGEMENT TOOLS TO SUPPORT ECOTOURISM IN THE PARK JALAPÃO –TO***

### ***Abstract***

*The paper analyzes the public policies of environmental protection and promotion of ecotourism in order to identify the convergences and divergences between their principles and instruments in order to facilitate tourism in protected areas . Starts from the premise that the different trajectory of the conceptual basis on which are anchored the two policies can assist in understanding the differences that occur in the practice of ecotourism in protected areas in Brazil, namely the concepts of preservation and conservation. Studies the case of Jalapão state park in the state of Tocantins and adopts a comparative analysis as a working method where the object of analysis are the Plans for Public Use of the Jalapão State Park and Ecotourism Development of Jalapão Region. As a result a matrix that classifies principles and propositions of the two instruments of territorial management is presented highlighting that at the principles level there is a certain convergence but divergence is predominant in the proposition of management tools. The method allows an open dialogue between the actors involved in the management of the two policies being a facilitator promoting sustainable tourism not only in the case of Park Jalapão but in other Protected Areas since the method used is based on legislation that supports the two public policies in the country .*

***Keywords:*** *Ecotourism. Environmental protection. Land management. Management plan.*

Artigo recebido em 07/02/2014. Aceito para publicação em 27/04/2014.